

## Coluna do Castelo

### A transição foi prorrogada

A decisão que a Constituinte tomou ontem quanto ao sistema de governo não foi uma vitória do presidencialismo revisto e reconfirmado — não foi nem mesmo uma vitória, especificamente, do presidente José Sarney. Quem ganhou por uma folgada diferença de votos foi o "presidentismo" — a extraordinária força de aliciamento, de pressão e de distribuição de favores que é capaz de dobrar votos em uma assembleia de homens livremente eleitos e de revigorar o ânimo da administração pública mais enfraquecida. Foi o que ocorreu.

Salvo em raras ocasiões, e mesmo assim sob a marca da emoção que turva a sensatez, a Constituinte não debateu a sério e com profundidade as vantagens e desvantagens do presidencialismo e do parlamentarismo como sistemas de governo e o que poderia efetivamente vir a significar a substituição de um pelo outro. Entre os que se enfrentaram a favor e contra a mudança do atual regime naturalmente há políticos sérios, bem intencionados e interessados na implantação de um modelo que fosse o melhor para o país.

A maioria dos constituintes, porém, aderiu a um sistema ou ao outro de acordo com seu posicionamento político em relação ao governo do presidente José Sarney e levando em conta seus projetos pessoais. Não todos eles, necessariamente, mas os que votaram pela adoção do parlamentarismo o fizeram para subtrair poderes do atual presidente ou por acreditarem que assim seria mais fácil encurtar-lhe o mandato ou, ainda, por calcularem que dessa forma evitariam o risco de um confronto com as diretas em novembro, recusadas pelos ministros militares.

De um lado e do outro da questão do sistema de governo, votou-se por muitas e pelas mais variadas razões — votou-se muito pouco, contudo, em função da consciência esclarecida de que o parlamentarismo ou o presidencialismo pudessem contribuir para a ampliação do teor democrático das instituições que se quer revitalizadas depois de um longo período de autoritarismo. O vigor do "presidentismo", mesmo quando eventualmente o exerce um governante com um baixíssimo grau de legitimidade como o exibido por Sarney, encontrou solo fértil para florescer.

O próprio presidente da República foi dormir no último sábado admitindo a vitória do parlamentarismo que na semana anterior ele insinuara que poderia aceitar em troca do mandato de cinco anos. Ao acordar ontem pela manhã, estava garantida a manutenção do presidencialismo na incoerente, desconexa versão da emenda do senador Humberto Lucena, que contradiz inúmeros artigos da futura Constituição votados até agora. Só aos poucos se tornará conhecida parte da história verdadeira da votação agora consumada.

Quando ela for escrita, haverá espaço para que sejam explicadas súbitas conversões de ativos militantes do parlamentarismo em presidencialistas convictos desde o berço. Não faltará espaço para que se examine em detalhes a repercussão no espírito de muitos constituintes do blefe do golpe militar, combinado com a atitude de desespero e de irresponsabilidade política de um presidente que autorizou seu ministro da Justiça a comunicar a determinadas lideranças que renunciará ao cargo se for contemplado com um mandato de quatro anos.

O placar expressivo que empurrou o parlamentarismo pelo lado poderá ser capaz, mesmo emagrecido de algumas dezenas de votos, de assegurar o mandato que Sarney persegue tão tenazmente. O eixo do processo político brasileiro transferiu-se, a partir de ontem, da Constituinte para o Palácio do Planalto. Ali, começará a ser articulada uma nova base de sustentação política para o governo que deverá passar pela formação de um partido do presidente — ou, simplesmente, pela apropriação de uma extensa faixa do PMDB que obedecia ao comando do deputado Ulysses Guimarães.

O desafio que o presidente Sarney tem pela frente é o de resgatar as condições de governabilidade que ele mesmo deixou que se perdessem quando rompeu o pacto político que deveria ditar a transição imaginada por Tancredo Neves. Ele tem, agora, a oportunidade de estabelecer um novo pacto e não poderá mais se esconder atrás do pretexto de que a Constituinte o impede de administrar. A Constituinte, por sua maioria, deu a Sarney o regime que ele pretendia ver mantido e, dificilmente, se negará a lhe dar o mandato de cinco anos.

O exame da qualidade e dos fatores que pesaram na decisão adotada por ela serve para ilustrar a deplorável natureza da prática política entre nós e o extraordinário poder do sistema de governo que foi mantido. Não serve e não pode servir, entretanto, para que se conteste o irrecusável direito que a Constituinte detém de legislar como preferir. Mesmo quando, assim procedendo, prorroga a transição que a maioria da sociedade brasileira gostaria de ver logo concluída.

*Ricardo Noblat (interino)*